

HABEAS CORPUS Nº 548.513 - RS (2019/0356563-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : FABIO DA COSTA NERY - RS046013
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GICELDA SEVERO CARNEIRO (PRESO)
PACIENTE : SILVANA DIAS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GICELDA SEVERO CARNEIRO e SILVANA DIAS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa na origem, conforme a seguinte ementa (fl. 542):

APELAÇÃO CRIME. RECURSO DEFENSIVO. DECISÃO MANTIDA.

TRÁFICO DE DROGAS. AUTORIA. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão, drogas foram apreendidas nas residências das acusadas. As casas localizavam-se no mesmo terreno, sendo a da frente, a moradia de Gicelda; e, a dos fundos pertencia a Silvana. Prévia informações de que ambas traficavam. Narrativas dos policiais unânimes e coerentes. A quantidade de drogas apreendidas é compatível com o tráfico de drogas e, aliada à prova judicial e às circunstâncias do flagrante, comprova a destinação comercial. Condenações mantidas.

ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. AUTORIA. Condenação mantida nos termos do voto do Revisor. Decisão por maioria.

PENA. Pena mantida nos termos do voto do Revisor. Decisão por maioria.

RECURSOS DESPROVIDOS. POR MAIORIA.

A impetrante requer a fixação de regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, sob a alegação de ausência de fundamentação idônea para a imposição de regime mais gravoso às pacientes.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão trazida, de fixação de regime semiaberto, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para a elaboração de parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator